



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, Gabinete do Des. Federal João Batista Pinto
Silveira - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-395 - Fone: (51)3213-3191 - www.trf4.jus.br -
Email: gbatista@trf4.jus.br

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5017808-80.2020.4.04.0000/RS

AGRAVANTE: SIMONE RODUIT DA SILVA

AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SIMONE RODUIT DA SILVA contra a decisão que, *em ação ordinária objetivando a concessão de benefício assistencial ao portador de deficiência*, indeferiu a tutela de urgência.

Sustenta o agravante que faz tratamento regular junto ao CAPS da saúde mental do município de Guaíba/RS, sendo portadora do CID 10 F33.1, fazendo uso de forte medicamentos, além de possuir histórico de vítima de diversos tipos de violência. Argumenta que necessita de auxílio de terceiros e ainda utiliza medicamentos para sua subsistência, sem condições de trabalhar, devido à moléstia de natureza psiquiátrica que a acomete, apresentando agravamento da doença, conforme prova médico-documental que segue em anexo. No que se refere ao requisito de hipossuficiência financeira e impossibilidade de prover o próprio sustento, requisito sócio econômico, as anotações em carteira de trabalho demonstram que a parte autora encontra-se desempregada, além das informações no CNIS, Cadastro Nacional das Informações Sociais, demonstrarem igualmente que a agravante não possui qualquer renda ou remuneração de qualquer espécie ou natureza, portanto, a presunção é de que a renda familiar e/ou *per capita* da mesma é igual a zero.

É o breve relato. **DECIDO.**

O presente recurso submete-se à Lei nº 13.105/2015.

A tutela de urgência antecipada está atualmente prevista no art. 300 do CPC/15:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1.º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2.º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3.º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Consoante se depreende da leitura do regramento acima, revela-se indispensável à entrega de provimento antecipatório não só a probabilidade do direito, mas também a presença de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, aos quais se deverá buscar, na medida do possível, maior aproximação do juízo de segurança consignado na norma, sob pena de subversão da finalidade do instituto da tutela antecipatória.

Acresça-se a tais fundamentos, a lição do Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Albino Zavascki, segundo o qual o risco de dano que enseja antecipação é o risco concreto, e não o hipotético ou eventual; atual, ou seja, o que se apresenta iminente no curso do processo; e grave, vale dizer, o potencialmente apto a fazer perecer ou a prejudicar o direito afirmado pela parte (Antecipação da tutela. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 80). Entendo que o Novo Código de Processo Civil, neste aspecto, não alterou as condições para deferimento de tutela antecipatória fundada em urgência (anterior art. 273, I, do CPC/73).

Assim fixado, prossigo.

Examinando detidamente os autos tenho que não se mostra suficientemente demonstrada a verossimilhança do direito alegado a ponto de justificar, neste momento processual da ação ordinária (ajuizamento), a concessão da medida acauteladora. Com efeito, tão-só o afirmado na inicial e, ausente a realização de estudo social necessário a verificação da hipossuficiência do núcleo familiar, não merece ser mantida a decisão agravada.

Portanto, neste momento processual, tenho por não caracterizada a probabilidade do direito alegado, restando prejudicada a análise do segundo requisito.

Assim, ausente, por ora - até que seja realizado o pertinente estudo social - um dos requisitos necessários - probabilidade do direito - previsto no art. 300 do NCPC, **INDEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO ATIVO.**

Comunique-se ao Juízo de origem. Intime-se a parte agravada. Após, voltem conclusos.

Documento eletrônico assinado por **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001785980v3** e do código CRC **0ef190b5**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

Data e Hora: 12/5/2020, às 19:30:0

5017808-80.2020.4.04.0000

40001785980.V3